

“O marinheiro é a crisálida do diplomata”: a atuação do Vice-Almirante Tamandaré no caso do trânsito do Ministro dos Estados Unidos da América Charles A. Washburn na Guerra da Tríplice Aliança.

Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva¹

Resumo: Propõe-se uma análise sobre a atuação política do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), Comandante em Chefe das Forças Navais Aliadas na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), no caso do livre trânsito do Ministro dos Estados Unidos da América Charles Ames Washburn (1822-1889) a Assunção durante as operações militares no rio Paraguai. A partir deste estudo de caso, vislumbra-se fornecer subsídios para compreender questões tais como a Marinha de Guerra como uma força versátil cujos oficiais atuavam, simultaneamente, como agentes de violência e agentes diplomáticos. Por consequência, demonstrar como foi estratégico para o Estado brasileiro o emprego da “diplomacia das canhoneiras” para obtenção de outros interesses imbuídos no âmago da guerra. Ademais, fornecer subsídios para identificar, na complexidade da maior guerra da América do Sul, as controvérsias que se sobrepuseram ao conflito principal, formando uma teia de diplomatas, além dos beligerantes, que almejavam defender seus interesses na região.

Palavras-chave: Joaquim Marques Lisboa; Charles Washburn; Guerra da Tríplice Aliança.

“The sailor is the diplomat’s chrysalis”: Vice Admiral Tamandaré’s role in the case of the transit of the Minister of the United States of America Charles A. Washburn in the War of the Triple Alliance.

Abstract: We propose an analysis of the political actions of Vice-Admiral Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), Commander in Chief of the Allied Naval Forces in the War of the Triple Alliance (1864-1870), in the case of the free transit of the United States Minister of America Charles Ames Washburn (1822-1889) to Asunción during military operations on the Paraguay River. Based on this case study, we aim to provide support to understand issues such as the Navy as a versatile force whose officers acted simultaneously as agents of violence and diplomatic agents. Hence demonstrating how strategic it was for the Brazilian State to employ “gunboat diplomacy” to achieve other interests imbued at the heart of the war. Furthermore, providing support to identify, in the complexity of the biggest war in South America, the controversies that overlapped the main conflict, forming a web of diplomats, in addition to the belligerents, who aimed to defend their interests in the region.

Keywords: Joaquim Marques Lisboa; Charles Washburn; War of the Triple Alliance.

Artigo recebido em: 19/02/2024.

Artigo aprovado em: 29/05/2024.

¹ Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, é pós-doutoranda em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval. Contato: prof.jessica.gonzaga91@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2982-341X>

Introdução

Se os diversos representantes do império que trataram por tantos anos das reclamações brasileiras em Montevidéu me prometem, sob palavra, que não tiram destas linhas nenhuma alusão pessoal, acrescentarei aquilo que já foi escrito e repetido um milhão de vezes, em todas as línguas, a saber: que a diplomacia é a arte de gastar palavras, perder tempo, estragar papel, por meio de discussões inúteis, delongas e circunlocações desnecessárias e prejudiciais (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1864. In: ASSIS, 1937, p. 98),

Escreveu o escritor Machado de Assis (1839-1908), em 1864, no *Diário do Rio de Janeiro*. É evidente sua crítica à diplomacia. Em seu discurso, identifica-se uma convicção na incapacidade das mediações diplomáticas para a solução das controvérsias. Sua percepção se tornou ainda mais interessante quando escreveu, em seguida, metáforas associando-a aos homens do mar: “Balzac, notando um dia que os marinheiros quando andam em terra bordejam sempre, encontrou nisso a razão de se irem empregando alguns homens do mar na arte diplomática. Donde se conclui que o marinheiro é a crisálida do diplomata” (Idem). Para o autor de *Dom Casmurro* (1899), o marinheiro pode assumir uma posição diplomática tendo em vista o comportamento desses homens em terra. Há uma construção social sobre o marinheiro bordejar, ou seja, procurar aventuras românticas após a atracagem do navio no porto (RODRIGUES, 2016). Ação que exige capacidade de diálogo e argumentação, características da diplomacia. Apesar do cunho irônico de Machado, sua avaliação sobre o caráter diplomático se confirma quando analisamos de modo crítico a natureza de uma Marinha de Guerra que dispõe de funções na guerra e na paz. Faltou ao escritor a perspicácia sobre o papel que o marinheiro assume ao voltar para a belonave. Cabe aos militares o emprego da força quando a diplomacia fracassa.

De fato, o oficial de Marinha era apto a atuar como um agente de violência, promovendo batalhas navais. Em concomitância, era também acionado pelo Estado como um representante político durante o século XIX. Portanto, é imperativo compreendê-lo como um personagem histórico capaz de desempenharem papéis multifacetados. Nesse caso, o marinheiro é militar como também agente diplomático, cumprindo o interesse de seu país no âmbito das relações internacionais.

Por essa razão, outros requisitos eram esperados de um oficial além do conhecimento técnico sobre a navegação e batalha, conforme explica Norbert Elias:

Esperava-se que soubessem línguas estrangeiras, que agissem como representantes de seus próprios países com firmeza, dignidade e uma certa dose de diplomacia, e que se comportassem conforme regras do que era considerado boa educação e civilidade. Em suma, um oficial da velha Marinha tinha que reunir algumas das qualidades de um artesão experiente e deu um gentleman militar (ELIAS, 2006, p. 92).

A dependência do material faz da força naval uma arma complexa e com funções na guerra e na paz. À medida em que as inovações ocorrem e interferem diretamente na formação de ideias e na organização de um pensamento naval estratégico, torna-se evidente a relevância da prática e da qualificação dos homens a bordo.

A ascensão dos Estados liberais, sob uma nova estrutura de poder, fundamentados na ideologia centrífuga, na burocracia de coerção, na funcionalidade administrativa e na obtenção do monopólio da força, contribuiu para a crescimento da violência organizada. A luta se tornou o recurso a ser explorado, externalizando o combate para alcançar seus objetivos no âmbito das suas relações internacionais.

Por consequência, um novo fenômeno se manifestou: as guerras totais, cujo conceito foi, nesta pesquisa, construído a partir da análise histórica de como a guerra, orientada pelos objetivos políticos, estabelecidos pelos interesses nacionais, emprega a mobilização social e a tecnologia industrial para ampliar sua capacidade de violência, sem distinção do inimigo combatente ou não combatente. Como resultado, é responsável por transformações no seio das relações entre civis e militares mediante a profissionalização das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que foi também responsável pela ascensão do militarismo (SILVA, 2023, p. 252).

O transpor do século XVIII para o século XIX foi caracterizado por mudanças na concepção da guerra pelos países do Ocidente. É um período marcado por uma ambiguidade. Enquanto a influência da filosofia iluminista contribuiu para a utopia de uma paz perpétua (KANT, 2020) e a crítica do conflito armado como algo detestável e bárbaro característico da selvageria humana, a formação dos Estados-Nação e seus interesses pragmáticos no âmbito das relações externas justificaram a manutenção de um discurso sobre o caráter civilizador da

guerra. Embora ainda não fossem latentes as transformações na indústria bélica, a Revolução Francesa (1789) e as Guerras contra as Coligações (1792-1798) foram confrontos que modificaram o escopo e a intensidade da guerra. As Guerras Napoleônicas (1804-1815) representaram a primeira guerra total, de acordo com o historiador David Bell, tendo em vista o quantitativo do contingente militar, antes nunca empregado, mobilizando mais de 500 mil homens, além das alterações nas fronteiras e no sistema político europeu (BELL, 2012, p. 20).

Mas, afinal, como definir o conceito de guerra total, característica do século XIX?

De acordo com o historiador David Bell, frequentemente esse conceito era definido como “aquela que envolve a mobilização completa dos recursos de uma sociedade para atingir a destruição absoluta de um inimigo, apagando-se qualquer distinção entre combatentes e não combatentes” (Idem, p. 21). De fato, essa acepção é encontrada na obra *Crimeia: a história da guerra que redesenhou o mapa da Europa no século XIX*, de Orlando Figes (2019). A sua tese defende que a Guerra da Crimeia (1853-1856), travada entre o Império Russo e o Império Turco-Otomano, Reino Unido e França, “foi o maior conflito do século XIX, a guerra mais importante de suas vidas, assim como as guerras mundiais do século XX são os marcos históricos dominantes de suas vidas” (FIGES, 2019, p. 14). A partir dessa perspectiva, nomeou o conflito como “primeira guerra total” (Idem, p. 15). Portanto, apesar das divergências entre os autores sobre qual confronto seria o primeiro, é evidente que os critérios utilizados por Figes obedecem ao emprego de militares e civis e ao aumento da capacidade de extermínio:

O nome Guerra da Crimeia não reflete sua escala global e o enorme significado para Europa, Rússia e aquela região do mundo – se estendendo dos Bálcãs a Jerusalém, de Constantinopla ao Cáucaso. Ninguém contou as baixas civis; vítimas dos bombardeiros; pessoas morrendo de fome em cidades sitiadas; populações devastadas por doenças transmitidas pelos exércitos, comunidades inteiras varridas nos massacres e nas campanhas organizadas de limpeza étnica que acompanharam a luta no Cáucaso, nos Bálcãs e na Crimeia. Essa foi a primeira guerra total, uma versão do século XIX das guerras de nossa própria época, envolvendo civis e crises humanitárias (FIGES, 2019, p. 14).

Apesar de compreendermos que as Guerras Napoleônicas representam a primeira guerra total, é importante sublinhar que a Guerra da Crimeia apresentou também seu ineditismo. Foi o primeiro confronto em que foram empregados novos armamentos resultantes da Revolução Industrial. Sua modernidade estava na adoção de rifles, navios a

vapor e couraçados, ferrovias, granadas explosivas e novas formas de logística e comunicação, com o advento do telégrafo. Ademais, novas profissões foram protagonistas, como as de enfermeira e médica e suas inovações na medicina militar, os correspondentes de guerra e os fotógrafos, que fizeram do confronto o primeiro a ser registrado sob o olhar da lente.

Diante da complexidade desses conflitos, o historiador francês Yves Guiomar compreendeu a guerra total como uma fusão entre a política e a guerra, diferenciando esse novo fenômeno social dos antigos combates realizados conforme os interesses aristocráticos dos antigos Estados modernos. Em sua obra *L' invention de la guerre totale* (2004), o autor estabelece os seguintes critérios: a completa mobilização da sociedade para a guerra; os beligerantes rejeitam qualquer outro resultado que não seja a destruição do inimigo; e o afrouxamento das fronteiras entre os soldados profissionais e os civis, que passam a lutar lado a lado no confronto.

Retornando a David Bell, o conceito deve ser empregado, nessa conjuntura, quando aplicado ao conflito armado em um contexto político e cultural amplo. Seu argumento central está baseado na importância das transformações intelectuais do iluminismo e da influência política da Revolução Francesa. Esses dois fatores modificaram a forma de compreensão da guerra, tornando possível a intensificação dos combates durante os anos subsequentes. Sobretudo, devido às novas configurações da cultura da guerra a partir do final do século XVIII e início do século XIX, “a guerra deixou de ser vista como um aspecto ordinário da vida social e passou a afigurar-se como algo inteiramente à parte do curso apropriado da história” (BELL, 2012, p. 25). Por consequência, esse fenômeno contribuiu para novas concepções. Em primeiro lugar, as Forças Armadas obtiveram uma nova percepção. De acordo com o historiador, “foi nesse período que os ‘militares’ vieram a ser definidos de forma duradoura como uma esfera à parte na sociedade, muito distinta da esfera civil” (Idem).

No século XIX, ocorreram as Guerras Napoleônicas (1804-1815), a Guerra da Crimeia (1853-1856), a Guerra Civil-Americana (1861-1865) e a Guerra entre a Tríplice Aliança e a República do Paraguai (1864-1870)². É preciso reforçar que cada fato possui sua particularidade histórica. O objetivo é compreender o elo que elas possuem. A primeira foi

2

responsável pela nova concepção política de guerra e por transformações nos códigos militares. As demais foram produtos da 1ª Revolução Industrial, cujas inovações tecnológicas ampliaram o potencial de extermínio, como também introduziram atores civis que passaram a influenciar no conflito. Principalmente após o advento da fotografia, o papel da imprensa ficou evidente, mediante a formação de uma opinião pública acerca do conflito, na Guerra da Crimeia.

Ademais, compreende-se que esses confrontos também foram responsáveis por transformações na estratégia naval, sobretudo a partir de 1850. Os exemplos históricos apresentados se encontram inseridos na evolução da tecnologia naval entre a era à vela e a consolidação do vapor e da couraça após a Guerra Civil-Americana. Isso significa que as marinhas de guerra estavam experimentando um desenvolvimento ainda na propulsão mista (vela e vapor), quando foram acrescentados novos armamentos, como as granadas explosivas, a alma raiada, as minas marítimas e um novo sistema defensivo, a couraça de ferro. As esquadras não estavam, portanto, totalmente adestradas. A iminência do conflito exigia a criação de novas tecnologias e o aperfeiçoamento da tripulação (SONDHAUS, 2001, pp. 55-60). A partir dessas guerras³, as forças navais obtiveram um espaço de experiência, que viabilizou um horizonte de expectativa no qual sua função estratégica se ampliou ao obter maior capacidade ofensiva, tornando-se instrumento diplomático e militar cuja prática foi executada na adoção da diplomacia das canhoneiras a partir da segunda metade do século XIX (SILVA, 2023, p. 253).

As grandes potências europeias, ao compreenderem a importância do domínio das comunicações marítimas para a formação e manutenção dos seus impérios, apoiaram seu poder também no simbolismo de seus navios. Na paz, usavam sua capacidade de demonstração de poder mediante a projeção de sua capacidade ofensiva a partir dos elementos visíveis do material flutuante e, quando necessário, da ameaça da guerra. Durante a

³ É importante destacar que esses não são os únicos conflitos ocorridos no século XIX. Diversos confrontos de cunho imperialista assolaram os continentes americano, africano e asiático. Destacamos a Guerra da Crimeia e a Guerra Civil Americana, tendo em vista que suas inovações tecnológicas influenciaram diretamente a Marinha Imperial brasileira na Guerra do Paraguai. Para a compreensão das transformações tecnológicas no âmbito dos conflitos internacionais do século XIX, ver: VIDIGAL, Armando. A Evolução Tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 138, suplemento, pp. 223-289, 2018.

conjuntura histórica do século XIX, compreendemos a ascensão desse fenômeno, conhecido na literatura como “*gunboat diplomacy*”. O seu conceito foi definido por Robert Mandel (1986, pp. 59) como a demonstração, ameaça ou uso limitado da força naval para alcançar objetivos políticos.

Diante da impossibilidade de resolver a controvérsia de modo pacífico, os objetivos políticos e econômicos eram alcançados por meio da batalha naval.

A Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai impactou as relações diplomáticas dos países da América do Sul com o mundo. Embora França, Itália e Portugal mantivessem agentes consulares durante o confronto, os Estados Unidos mantiveram uma legação no Paraguai. Se, por um lado, o processo de formação dos Estados e os interesses conflitantes já movimentassem a diplomacia, a bacia do Prata em guerra acirrou os ânimos.

O bloqueio fluvial brasileiro isolava economicamente o Paraguai e impedia seu contato político com o exterior. A estratégia naval empregada estava respaldada nas condições bélicas, topográficas e jurisdicionais devido à presença das forças aliadas dominando todo o acesso do território inimigo e a soberania argentina sobre o Rio Paraná. Como resultado, cabia à Marinha Imperial zelar pela manutenção do seu isolamento a partir de estratégias políticas a fim de mediar, ao mesmo tempo, os interesses dos aliados e dos Estados neutros detentores de propósitos comerciais na região.

O questionamento de outros países acerca do direito ao bloqueio fluvial contribuiu para a eclosão de incidentes, como o caso do Ministro Plenipotenciário dos EUA no Paraguai, Charles A. Washburn.

A metodologia empregada é o estudo de caso. Os cientistas políticos Alexander George e Andrew Bennet (BENNET, 2005, p. 5) explicam a metodologia denominada “*process-tracing*”⁴, reunião de fontes arquivísticas para compreensão do processo de causa e formulação de novas teorias. A partir da documentação oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Coleção Euzébio Antunes custodiada pelo Museu Histórico Nacional, buscou-se a análise do papel diplomático do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, Visconde de Tamandaré no caso do livre-trânsito do Ministro Charles A. Washburn. A partir

⁴ O método é definido como: “*process-tracing can perform a heuristic function as well, generating new variables or hypotheses on the basis of sequences of events observed inductively in case studies*” (BENNET, 2005, p. 5).

deste estudo de caso, vislumbra-se fornecer subsídios para compreender questões tais como a Marinha de Guerra como uma força versátil cujos oficiais atuavam, simultaneamente, como agentes de violência e agentes diplomáticos. Por consequência, demonstrar como foi estratégico para o Estado brasileiro o emprego da “diplomacia das canhoneiras” para obtenção de outros interesses imbuídos no âmago da guerra. Ademais, fornecer subsídios para identificar, na complexidade da maior guerra da América do Sul, as controvérsias que se sobrepuseram ao conflito principal, formando uma teia de diplomatas, além dos beligerantes, que almejavam defender seus interesses na região.

O caráter diplomático da força naval brasileira na dinâmica da bacia do Prata

Entre 1850 e 1870, a Marinha permaneceu como um instrumento de política externa, com a diplomacia das canhoneiras e a guerra naval. O propósito era conservar seu território mediante a definição dos limites com seus vizinhos e a obtenção da livre navegação dos rios da bacia do Prata, além de neutralizar qualquer projeto capaz de ameaçar a hegemonia brasileira na região, preservando a instituição monárquica de qualquer intimidação dos países republicanos. Estabelecidos os propósitos nacionais, o procedimento adotado foi o emprego da diplomacia sob amparo da força naval. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Marinha deveriam trabalhar em conjunto para fazer dos meios navais um instrumento diplomático e militar a ser usado quando necessário na região⁵ (AUBERT, 2021, pp. 140-141).

⁵ A consolidação do Estado Imperial promovida pela classe senhorial dos *Saquaremas* [a trindade saquarema era constituída pelos políticos conservadores Joaquim José Rodrigues Torres (1802 – 1872), Paulino Soares de Souza (1807-1866) e Eusébio de Queirós. (1812-1868)] está intrinsecamente relacionada ao papel do governo brasileiro como instrumento desses dirigentes para a manutenção do seu poder político e econômico, atendendo aos seus interesses. Ver: GRAHAM, Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 771.

Segundo, Ilmar de Mattos: “quando estamos operando com o conceito de Estado Imperial, estamos operando com um conceito de Estado que tem como um dos elementos fundamentais o fato de ser um *locus* dos dirigentes saquaremas, isto é, dos que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral”. Ver: MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec Editora, 2011, p. 15. É importante destacar que, sob comando do Visconde de Itaboraí, a Marinha Imperial foi inserida nesse projeto político como um agente de violência a fim de conquistar os interesses dessa elite política necessários para a preservação da unidade territorial e proteção da instituição monárquica perante as repúblicas sul-americanas.

Nesse período que se sobrepõe também às guerras totais tecnológicas, verificou-se que a Marinha Imperial buscava conquistar sua profissionalização e desenvolvimento material a fim de cumprir com os desígnios públicos, espelhando-se nesses exemplos históricos. A construção e a compra de navios a vapor e, mais tarde, dos encouraçados contribuíam para a construção de um simbolismo no qual a Armada se tornava representativa do poder do Império no âmbito regional. Identifica-se o emprego naval em ações indiretas, ou seja, fornecendo suporte aos representantes civis do governo de D. Pedro II, além de como agente diplomático quando missões eram concedidas aos oficiais com o propósito de atuar de forma persuasiva. Quando o Estado optava pela guerra, a Armada executava ações violentas (ALMEIDA; SILVA, 2022, pp. 100-101). O ápice dessa política ocorreu na Guerra da Tríplice Aliança.

Na historiografia moderna da Guerra da Tríplice Aliança, buscou-se compreender as suas causas a partir da perspectiva regional. O conflito resultou do processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais na bacia do Prata (DORATIOTO, 2002, p. 23). As divergências políticas não foram solucionadas por meio diplomático, levando a que os beligerantes recorressem à guerra para defender seus propósitos. Diante da preestabelecida relevância política e militar da Esquadra, na Guerra do Paraguai não seria diferente. O Império do Brasil mobilizou mais uma vez sua força naval para defender seus interesses.

Após a assinatura da Tríplice Aliança, o Vice-Almirante Tamandaré não só foi eleito como Comandante em Chefe das Operações Navais, como também foi nomeado diretor político da guerra responsável pela defesa dos interesses nacionais brasileiros na bacia da Prata. Portanto, havia uma sobreposição de papéis: Almirante e Diplomata.

Em ofício de 21 de maio de 1865, o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, enviou as seguintes instruções, que indicam o interesse em garantir a boa convivência entre os comandantes em chefe. Porém, apresenta uma ressalva: “O que, não obstante, será do interesse do País que o nosso Exército não fique na retaguarda das forças aliadas, nem deixe que a iniciativa das operações seja exclusiva das mesmas forças” (ANTUNES, 2007, p. 79). O Ministro atribuiu o papel político a Tamandaré, para que estivesse atento em defesa da liderança e dos interesses do Estado imperial:

Que conquanto a direção da guerra não possa hoje estar exclusivamente a cargo de um dos chefes Brasileiros, atento o citado Tratado, o governo confia que V. Ex.^a continuará correspondendo-se com este Ministério, subministrando lhe todas as informações que julgar conveniente sobre o bom êxito da gloriosa empresa em que o Brasil se acha empenhado, as quais muito podem orientar o governo nas diversas medidas que porventura forem necessárias (ANTUNES, 2007, p. 79).

É importante destacar, portanto, que os desafios enfrentados foram para além das disputas entre Brasil e Argentina. Era necessário mediar as relações entre Brasil e países estrangeiros devido ao impacto do bloqueio fluvial para os interesses desses atores no Paraguai. A atuação da Esquadra não se limitava às operações combinadas. Faz-se necessário compreender o papel diplomático da Marinha de Guerra no teatro de operações, a partir do caso dos Estados Unidos.

O papel diplomático do Vice-Almirante Tamandaré no teatro de operações: o caso do trânsito do Ministro dos Estados Unidos da América Charles A. Washburn

No âmbito das relações entre o Império do Brasil e os Estados Unidos da América, desde 1850 os norte-americanos pressionavam o governo de D. Pedro II a abrir a navegação do Rio Amazonas. A eclosão da guerra contra Solano López corroborou para a concessão aos vapores estadunidenses⁶. Por outro lado, o governo de Washington fez uma proposta para sediar uma conferência de negociação de paz entre os países platinos beligerantes. No entanto, não foi acatada pelo Governo Imperial: “O resultado do acordo que o governo do Brasil se apressou a promover não podia ser duvidoso. É o único a que se devia chegar na situação criada pelo presidente do Paraguai. Os aliados são constrangidos a não aceitar o oferecimento dos Estados Unidos da América” (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 4).

Desde abril de 1866, o representante norte-americano almejava iniciar a viagem para assumir seu posto na capital, Assunção. Inicialmente, solicitou autorização em Buenos Aires. Diante da momentânea confirmação do Ministro Rufino de Elizalde e do Presidente da Argentina, Mitre, sem consultar os demais comandantes, Washburn deu início aos

⁶ Ver: AUBERT, Pedro Gustavo. ‘Fazermo-nos fortes, importantes e conhecidos’: o Visconde do Uruguai e o direito das gentes na América (1849-1865). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

preparativos para seguir viagem ainda no mês de março. Porém, com as operações de desembarque aliado no território inimigo e as reuniões com os demais oficiais gerais, Mitre modificou sua decisão:

Depois da conferência que tive com V. Ex., e de entender-me com os senhores gerais aliados, achando-se presente o Sr. Almirante das esquadras aliadas, tenho a honra de confirmar o que anteriormente manifestei a V. Ex., quando me fez a honra de visitar-me no meu acampamento, isto é, que julgava que não haveria inconveniente em que, apesar do estado de bloqueio, V. Ex. se transportasse ao território paraguaio para preencher a missão do que o governo do seu país o havia encarregado junto da do Paraguai, mas que deixava o assunto à decisão do governo argentino do acordo com os governos aliados. (...) transmito a V. Ex. convidando-o a tratar de novo sobre o assunto com os generais aliados, a fim de decidir-se o negócio de um modo compatível com as relações altamente amistosas que as nações aliadas mantêm felizmente com o governo da grande República Norte-Americana, e com o nosso perfeito direito de beligerantes em operações atuais de guerra (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 20)

Na Esquadra brasileira, o Vice-Almirante Tamandaré informava ao Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Francisco Otaviano Rosa, a sua posição política sobre a questão da passagem de Washburn e sua família a bordo de um navio mercante neutro até o primeiro ponto do Paraguai, onde poderia se apresentar a alguma autoridade do país. A sua colocação divergia de Bartolomeu Mitre, visto que prontamente negava a passagem:

Respondi-lhe que não podia permitir sua passagem por isso que nos achamos em operações de guerra ativas sobre o litoral da República inimiga. Que disto mesmo havia eu anteriormente prevenido ao Almirante, Comandante da Estação Naval da União, quando em Buenos Aires me consultara sobre se eu permitiria ou não o ingresso de seu ministro no Paraguai, ao que respondi que não me oporia à passagem deste diplomata se ele a efetuasse em um navio de guerra de sua nação, antes de começarem as operações, visto como, eu havia antes de guerra de sua nação, antes de começarem as operações. (...), mas, que começadas as operações vivas contra o território inimigo eu não podia consentir na passagem de pessoas ou navios de qualquer classe, categoria, ou nação que fossem; mantendo assim em toda a sua plenitude o direito que tem o Império de hostilizar o Paraguai por todos os meios ao seu alcance compatíveis com o nosso estado de civilização (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 28).

Prosseguiu Tamandaré, argumentando o impacto político em caso de autorização da passagem. Para o Almirante, isso poderia afetar indiretamente os aliados, visto que a chegada da delegação dos EUA poderia demonstrar apoio ao seu governo, a retomada do poder político de Solano López e uma nova ofensiva dos paraguaios:

Acrescentei que, não havendo no Paraguai súbditos da União, a ida do ministro só produziria animar a vaidade do presidente Lopez, que fazia crer a seus miseráveis soldados que contava com o apoio da União Americana, de modo que esses

desgraçados, imbuídos nesta ilusão, tornariam mais encarniçada a resistência contra a cruzada civilizadora da tríplice aliança (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 28).

Em resposta, Francisco Otaviano Rosa corroborou a posição de Tamandaré em defesa dos interesses do Império do Brasil, sobretudo diante das divergências de atitudes em relação a Mitre:

Desde já cumpro um dever de lealdade declarando a V. Ex. que o seu procedimento esteve de acordo com o pensamento que em conferência lhe manifestei em Corrientes. (...) O General Mitre labora em uma equivocação que vou tratar de desfazer, isto é, que eu aderi a qualquer acordo com o governo argentino para que o Sr. Washburn atravessasse a nossa linha de bloqueio em navio mercante, depois da subida de V. Ex. e da inteligência que teve com o Almirante americano. Pelo contrário expus ao Sr. Elizalde os motivos ponderosos, pelos quais no meu conceito devia-se evitar semelhante fato (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 31).

No Rio de Janeiro, a Legação dos Estados Unidos, representada por William Von Vleck Lidgerwood, pressionava pela autorização do Governo Imperial (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 39). Em resposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Antônio Saraiva, justificava a posição brasileira defendendo a medida tomada pelos oficiais-generais, alegando a demora do representante norte-americano em prosseguir viagem durante o mês de fevereiro de 1866, quando havia liberdade de trânsito. Dessa forma, corroborou a objeção promovida pelo Vice-Almirante Tamandaré. Prosseguiu, reforçando a divergência entre os governos brasileiros e norte-americano sobre a aplicação do direito internacional:

O governo de S. M. o Imperador acha-se afastado do governo dos Estados Unidos no modo de aplicar a este caso os princípios da lei internacional. Crê ele que do direito de fazer a guerra a seu inimigo e de bloquear lhe efetivamente as águas nasce a faculdade de impedir o trânsito ainda mesmo de um agente diplomático do Estado neutral (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 41).

Embora, no âmbito do discurso, o Estado brasileiro sustentasse os seus direitos enquanto ator beligerante, concedeu a autorização para a passagem de Washburn a fim de preservar “os mais estreitos laços de amizade e simpatia” com os Estados Unidos.

Em novembro de 1866, fundeu em Três Bocas o USS *Shamokin*, sob comando do oficial da Marinha dos Estados Unidos Pierce Crosby. Em ofício ao Vice-Almirante Tamandaré, solicitava autorização para desembarcar o Ministro Plenipotenciário norte-americano Charles A. Washburn para assumir a embaixada na capital, Assunção

(MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, EAcr21 99.132). A origem do conflito estava nas implicações do trânsito do agente diplomático, visto que era necessária a transposição da linha do bloqueio fluvial e da linha do Exército Aliado no teatro de operações. De acordo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil:

O caso era especial: não havia precedente que lhe servisse de norma; e tinha ele pois de ser resolvido segundo os princípios gerais, cuja aplicação é tão sujeita às dúvidas; segundo a maior ou menor importância dos interesses de cada parte, que poderiam ser apreciados de diversos modos; ou segundo conveniência de relações amigáveis, que, felizmente, eram consideradas de ambos os lados como dignas de maior atenção (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 42).

Em resposta, o Comandante da Força Naval Aliada não autorizou a passagem, argumentando: “Não havendo eu recebido ordem do meu governo para permitir o trânsito por este rio os navios do seu comando não posso consentir na passagem que o Senhor Comandante diz ter ordem de efetuar” (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, EAcr13 99.124). Em seguida, informou que prosseguiria com a negociação com o diplomata estadunidense: “Contudo passo a entender-me diretamente com o Senhor Washburn a fim de procurar um meio de conciliar o interesse que tem Sua Excelência de subir até Assunção com os direitos que crescem ao Brasil como beligerante” (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, EAcr13 99.124).

Instaurou-se, mais uma vez, uma disputa por direitos. De um lado, o oficial da Marinha dos EUA pressionava pela passagem a fim de defender o interesse de Washburn, sob respaldo do apoio dos governos norte-americano e argentino. Em ofício ao Comandante Pierce Crosby, o Visconde de Tamandaré afirmava:

Não havendo o sr. Washburn querido anuir a outro modo de se trasladar a Assunção senão nesse vapor, baseado em que para isso existia concessão do governo imperial e anuência do argentino, conforme as comunicações que havia recebido do sr. Webb, Ministro dos Estados Unidos junto a S. M. o Imperador, do Almirante Godon e do General Asboth, Ministro dos mesmos Estados Unidos junto à República Argentina; e não podendo eu duvidar das afirmações de tão distintos cavalheiros e do testemunho do mesmo Sr. Washburn de que existe tal consentimento por parte do governo brasileiro e para que o Sr. Comandante possa cumprir a comissão que lhe foi ordenada, deixo de fazer uso da força para impedir a subida do navio do seu comando até Assunção, para o que me assiste direito perfeito (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 39).

A partir da análise desse ofício, verifica-se a estratégia política adotada pelos norte-americanos, fundamentadas em constantes pressões a fim de obter a concessão do

Comandante em Chefe mediante afirmações retóricas sobre acertos obtidos na Corte e em Buenos Aires. Não obstante a concordância da passagem, Tamandaré estabeleceu algumas ressalvas sobre as práticas adotadas pelos norte-americanos, reforçando o direito de guerra do Império do Brasil:

Protesto, porém, solenemente em nome do governo do Brasil contra o seu procedimento, ainda mesmo considerando-o em cumprimento de seus deveres militares, por ser ofensivo dos direitos do beligerantes do Império, de cujo governo não recebi ordens expressas. Ficaré V. S., portanto, responsável ante o meu e o seu governo pela quebra deste direito e pelos prejuízos que dela possam resultar aos interesses do meu país (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 39).

Iniciou-se a preparação do plano de passagem pelo Visconde de Tamandaré: a Esquadra iria conduzir o enviado até os postos avançados de Curupaiti. A partir da fortaleza, Washburn seguiria para um vapor paraguaio até Assunção. Para tanto, era necessário um acordo com o Presidente Solano López. Para o Almirante, era um meio de assegurar os interesses brasileiros no âmbito internacional: “Com este meu procedimento creio ter demonstrado quanto o governo imperial é solícito em exigir que seus agentes mantenham as relações mais estreitas e obsequiosas com os agentes das nações amigas” (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 39). Prosseguiu-se com a negociação entre o Visconde de Tamandaré e Solano López para o cumprimento da missão.

Sob instruções do Comandante em Chefe das Forças Navais Aliadas, Charles Washburn encaminhou uma carta aberta a López (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 99.133 eact 22), informando o interesse de Tamandaré em fornecer os meios necessários para a passagem por meio das linhas e solicitava:

Qualquer pessoa que V. Ex. queira mandar-me para servir de piloto e tratar comigo, terá permissão para vir a bordo, depois do que, se formos informados de que podemos seguir com segurança, subiremos imediatamente o rio, e então espero ter a honra de apresentar os meus respeitos a V. Ex. Se porém parecer que este navio não pode subir com inteira segurança, V. Ex. se servirá sugerir-me quais quer outros meios de chegar a Assunção, que sejam mais fáceis e convenientes (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 99.138 eact 27).

Essa carta se encontrava anexada ao ofício do Almirante Tamandaré a Solano López, solicitando a suspensão conjunta das hostilidades: “Eu e o Sr. Visconde de Porto-Alegre, se V. Ex. concordar, suspenderemos as hostilidades durante o tempo necessário para que o dito

vapor se aproxime da estaca de Curupaiti, a fim de receber o prático que o Sr. Washburn pede a V. Ex. para conduzi-lo ao seu destino” (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 38). Durante a suspensão das hostilidades, a ordem era estabelecer nos navios da vanguarda da Esquadra, nos postos avançados dos exércitos beligerantes à margem esquerda do rio Paraguai, as bandeiras brancas que seriam arriadas meia hora depois da subida do vapor norte-americano *Shamokin*. Nessa ocasião, os postos avançados disparariam um tiro de pólvora seca e, meia hora depois, as hostilidades recomeçariam.

Em resposta, o Presidente do Paraguai concordou com as demandas de Tamandaré, informando: “Desde amanhã estarão dadas as ordens necessárias para o estrito cumprimento do que fica ajustado, no momento que apareça a bandeira norte-americana na vanguarda de V. Ex. e a branca nos mastaréis dos navios que a formam” (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1867, p. 38). Em Curupaiti, às 14 horas, o vapor *Mearim* conduziu o vapor norte-americano. Os navios brasileiros *Apa*, *Beberibe* e *Bahia* também içaram a bandeira branca.

O Ministro Washburn desembarcou abaixo da ponta da fortaleza paraguaia. Durante o armistício, as tropas se confraternizaram, conforme a memória do oficial Carneio da Rocha: “Os paraguaios chegaram-se aos nossos soldados e oficiais e conversavam como amigos, dizendo que já estavam fatigados da luta e de tanto trabalho. Fez pena vê-los tão despídos e magros!” (ROCHA, 1999, p. 288).

A chegada de Washburn confirmou os receios do Visconde de Tamandaré no que se refere à percepção de apoio político a Solano López. Ao se encontrar em Assunção, o Ministro norte-americano concedeu informações imprecisas sobre o quantitativo de tropas e afirmou a possibilidade de dissolução da Tríplice Aliança devido aos conflitos políticos entre o Império do Brasil e a Argentina, além da sua crença na ausência de recursos brasileiros para a permanência dos combates por muito tempo. Dessa forma, induziu o governo paraguaio a permanecer com as hostilidades. É importante frisar que Washburn atuava conforme seus interesses, visto que, mais tarde, em 1868, ao ser expulso do Paraguai por Solano López, também forneceu informações militares ao comando de Joaquim José Inácio (DORATIOTO, 2002, p. 353).

Considerações Finais

Na segunda metade do século XIX, à medida em que as esquadras aumentavam sua mobilidade e permanência, tornava-se cada vez mais inteligível, para a estratégia naval, a importância de explorar a sua seguinte característica: a possibilidade de uso dos navios a vapor couraçados na paz e na guerra. Retomando a relação entre industrialização e guerra, um Estado detentor de uma Marinha com tais características podia, diante de controvérsias, usar a demonstração de poder, ou seja, o caráter persuasivo dos seus navios. Essa estratégia podia ser alcançada devido ao seu simbolismo, haja vista que suas chaminés, sua couraça e seus canhões, à vista do observador, possuem a capacidade de despertar sensações psicossociais, desde a admiração até o sentimento de ameaça. Dessa forma, ao adotar a persuasão naval, ocorre a demonstração da sua capacitação industrial e, conseqüentemente, de seu poder econômico, usando a intimidação a partir desses poderes a fim de solucionar a contenda e alcançar seus propósitos nacionais. Mas, sobretudo, a exposição do seu poder político e militar respaldado no seu potencial de violência, que podia ser efetivamente constatado a partir das operações executadas em conflitos, caracterizados como a guerra total. É preciso sublinhar que a escolha pela exploração do caráter intimidador não descartava o uso efetivo do fogo naval.

Portanto, os fenômenos de profissionalização e do militarismo podem também ser identificados como um legado da guerra total no âmbito das forças navais. Em primeiro lugar, as novas tecnologias exigiam uma tripulação qualificada e, portanto, afinada com as tradições navais, colaborando para o fortalecimento da identidade marinheira perante o Exército e diante da sociedade civil. No que se refere ao militarismo, a partir da perspectiva do marinheiro, é possível reconhecer a integração da estratégia naval à política externa, crescendo, desse modo, relevância diplomática a essa classe militar.

A partir do caso norte-americano, verifica-se como o maior conflito da América do Sul provocou novas controvérsias diplomáticas e contribuiu para a ascensão de novos agentes responsáveis pela defesa dos interesses de política externa do Brasil. O Vice-Almirante Tamandaré, ao ser nomeado diretor político do Brasil, obteve poderes para defender os interesses da elite política brasileira na bacia do Prata. Nesse sentido, vislumbraram-se os

múltiplos papéis assumidos pela Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. Além da realização de ações militares a fim de obter a derrota de Solano López, medidas políticas eram sobrepostas a essas missões. Retomando o papel diplomático que uma esquadra é apta a desempenhar, Tamandaré, devido à distância do Rio de Janeiro, o status político assumido como Comandante em Chefe das Forças Navais e a urgência demandadas pelas operações militares, assumia as mediações até a chegada das orientações do Governo Imperial. Dessa forma, foi capaz de negociar diretamente com Estados neutros, os aliados e o inimigo Solano López. Verifica-se também sua posição que, em algumas situações, eram distintas daquelas do Governo Imperial, mas que, diante das instruções do Rio de Janeiro, acatava e atuava para o cumprimento dos interesses da elite política brasileira, que almejava a manutenção do seu poder na bacia do Prata.

Fontes

1866, 11, 02. Ofício de Pierce Crosby ao Vice-Almirante Tamandaré. BR RJ Museu Histórico Nacional Coleção Eusébio Antunes, EAcr21 99.132.

1866,11,09. Ofício do Visconde de Tamandaré a Pierce Crosby. BR RJ Museu Histórico Nacional Coleção Euzébio Antunes EAcr13 99.124.

Crônicas. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1864. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Edições W. M Jackson, 1937. Disponível em: <https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Ao%20Acaso,%201864.htm>, acesso 23 jun. 2022.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Francisco Alves de. SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva. Os conflitos do Prata e a introdução de novas tecnologias. In: MATHIAS, José Carlos. ABREU, Guilherme Matos de. **Esquadra 200 anos**: livro de quartos 1822-2022. Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2022, pp. 94-123.

ANTUNES, Euzébio José. **Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

AUBERT, Pedro Gustavo. A Pax Armada no entreguerras do rio da Prata. In: FERREIRA, Leonardo da Costa. LOUREIRO, Marcello José Gomes. ARIAS NETO, José Miguel. **O legado de marte: olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai**. Curitiba: Appris, 2021, pp. 129-144.

_____. **‘Fazermo-nos fortes, importantes e conhecidos’**: o Visconde do Uruguai e o direito das gentes na América (1849-1865). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BELL, David A. **A primeira guerra total**: a Europa de Napoleão e o nascimento dos confrontos internacionais como os conhecemos. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BENNET, Andrew; GEORGE, Alexander L. **Cases Studies, and Theory Development in the Social Science**. Estados Unidos da América: Harvard University Press, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: A nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: _____. **Escritos & Ensaio**s: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp. 69-113.

FIGER, Orlando. **Crimeia**: a história da guerra que redesenhou o mapa da Europa no século XIX. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

GUIOMAR, Jean-Yves. **L’invention de la guerre totale**: XVIIIe-XXe siècle. Paris: Le Félin Kiron, 2004.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**: um projeto filosófico. Editora Vozes: Vozes de Bolso, 2020.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1867.

MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. **A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

RODRIGUES, Jaime. **No mar e em Terra: História e Cultura dos Trabalhadores Escravos e Livres**. São Paulo: Alameda, 2016.

GONZAGA DA SILVA, Jéssica de Freitas e. “Quem quiser ser lobo não lhe vista a pele”: a atuação da Marinha Imperial na Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai sob comando do Vice-Almirante Tamandaré. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 285 f. 2023.

SONDHAUS, Lawrence. **Naval Warfare (1815-1914)**. London: Routledge, 2001.

VIDIGAL, Armando. A Evolução Tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 138, suplemento, pp. 223-289, 2018.